



TERRITÓRIOS DO ESPORTE POPULAR E ESPAÇO URBANO EM SÃO PAULO-SP: PERSPECTIVAS A PARTIR DOS CLUBES DA COMUNIDADE (ST09)

Isadora Marchi de Almeida

Doutoranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade de São Paulo – FAU USP |
isamarchialmeida@gmail.com

Sessão Temática 09: Cidade, história e cultura em disputa

Resumo: Este artigo analisa a produção do espaço urbano de São Paulo-SP a partir dos Clubes da Comunidade (CDCs), com o objetivo de investigar aspectos históricos e contemporâneos que relacionam esta tipologia de equipamento esportivo à consolidação de territórios periféricos. A metodologia é de análise qualitativa embasada em dados do poder público municipal e de relatos de campo, articulados a aspectos legislativos e a referências bibliográficas. A partir de investigações sobre o contexto de criação dos primeiros CDCs na década de 1970 e sobre dimensões cotidianas ligadas a institucionalidades e sociabilidades até a atualidade, este trabalho busca debater como espaços do esporte popular podem contribuir para estabelecer uma óptica de leitura territorial centrada em experiências e culturas urbanas populares. Por meio da análise crítica de ambiguidades que tensionam relações de formalidade, legitimidade, legalidade e atuação estatal, identifica-se que a investigação sobre os CDCs pode trazer elementos úteis à compreensão da multiplicidade de agências populares que incidem na produção do espaço urbano e periférico.

Palavras-chave: Clubes da Comunidade; equipamentos esportivos; futebol de várzea; urbanização; periferia.

POPULAR SPORTS TERRITORIES AND URBAN SPACE IN SÃO PAULO-SP: PERSPECTIVES FROM COMMUNITY CLUBS

Abstract: *This paper analyzes the production of urban space in São Paulo-SP based on Community Clubs (CDCs), with the aim of investigating historical and contemporary aspects that relate this typology of sports facility to the consolidation of peripheral territories. The methodology is a qualitative analysis based on data from the municipal government and field reports, combined with legislative aspects and bibliographical references. Based on investigations concerning the context surrounding the creation of the first CDCs in the 1970s and the daily dimensions linked to institutionalities and sociabilities up to the present day, this work seeks to debate how popular sports venues can contribute to establishing a territorial perspective centered on popular urban experiences and cultures. Through the critical analysis of ambiguities that stress relations of formality, legitimacy, legality and state action, it is identified that research about the CDCs can provide useful elements for understanding the multiplicity of popular agencies that influence the production of urban and peripheral space.*

Keywords: *Community Clubs; sports facilities; amateur football (soccer); urbanization, periphery.*

TERRITORIOS DEPORTIVOS POPULARES Y ESPACIO URBANO EN SÃO PAULO-SP: PERSPECTIVAS DESDE LOS CLUBES DE LA COMUNIDAD

Resumen: *Este artículo analiza la producción de espacio urbano en São Paulo-SP a partir de los Clubes de la Comunidad (CDCs), con el objetivo de investigar aspectos históricos y contemporáneos que relacionan este tipo de equipamiento deportivo con la consolidación de territorios periféricos. La metodología es un análisis cualitativo basado en datos del gobierno municipal e informes de campo, combinados con aspectos legislativos y referencias bibliográficas. A partir de la investigación del contexto de creación de los primeros CDCs en los años 70 y de las dimensiones cotidianas vinculadas a las institucionalidades y a las sociabilidades hasta la actualidad, este trabajo busca discutir cómo los espacios deportivos populares pueden contribuir a establecer una perspectiva de lectura territorial centrada en las experiencias y culturas urbanas populares. Al analizar críticamente las ambigüedades que tensionan las relaciones de formalidad, legitimidad, legalidad y acción estatal, identifica que la investigación sobre los CDCs puede aportar elementos útiles para comprender la multiplicidad de agencias populares que inciden en la producción del espacio urbano y periférico.*

Palabras clave: *Clubes de la Comunidad; equipamientos desportivos; fútbol callejero; urbanización; periferia.*

DIÁLOGOS ENTRE ESPORTE POPULAR E ESPAÇO URBANO

Este artigo¹ investiga a produção do espaço urbano periférico a partir de um conjunto de equipamentos esportivos públicos que contribuem para estabelecer uma óptica de leitura territorial pautada em experiências e culturas urbanas populares. O objetivo deste trabalho é analisar relações entre uma tipologia de equipamento esportivo - os Clubes da Comunidade (CDCs) - e a produção de territórios periféricos no município de São Paulo, a partir da identificação de papéis destes equipamentos na reprodução de experiências urbanas relacionadas ao esporte popular, notadamente aos futebóis (Damo, 2018), de presença marcante no contexto paulistano.

A noção de futebóis foi desenvolvida por Arlei Damo no início dos anos 2000 como um recurso metodológico para fins acadêmicos que visava afirmar a diversidade de práticas e ressaltar diferenças em relação ao discurso midiático centrado no futebol de espetáculo. Inicialmente agrupadas como práticas espetacularizadas, comunitárias, bricoladas e escolares, o conceito de futebóis tem adquirido novas conotações e associações políticas frente ao ganho de espaço de temáticas como o futebol adaptado, de indígenas e, principalmente, do futebol de mulheres (Damo, 2018).

Campos disciplinares como a geografia urbana, a sociologia do esporte e a sociologia urbana têm desenvolvido pesquisas sobre a dimensão cotidiana da prática esportiva como elemento definidor de sociabilidades, de identidades culturais e de dinâmicas comunitárias da vida urbana junto do lazer e outras práticas lúdicas. São pesquisas que abordam a disseminação e a popularização do esporte (Mascarenhas, 2002), relações de raça, gênero e associativismo com as sociabilidades esportivas (Silva, 2014; Bonfim, 2023) e a proliferação do futebol em espaços ligados ao trabalho (Antunes, 1994), além de debates sobre construções sociológicas, comunicacionais e/ou midiáticas do esporte e a forma como definem narrativas e identidades torcedoras, territorializadas local e nacionalmente (Mascarenhas, 2008; Simões, 2016; Alabarces, 2012). O campo do planejamento urbano tem contribuído principalmente com pesquisas sobre os impactos dos megaeventos esportivos na produção do espaço. Este enfoque se dá primordialmente na faceta do esporte inserida nas indústrias globais do entretenimento, cultura e turismo, explicitando como a adoção deste modelo de evento global reproduz e agrava processos locais de exclusão (Sanchez *et al.*, 2012; Santos; Santos, 2016; Vainer *et al.*, 2016).

A prática esportiva possui uma relevante dimensão espacial (Mascarenhas, 1999; 2005) que alcança todo tipo de configuração social. No caso brasileiro, é inevitável relacionar a prática esportiva à sua expressão mais praticada, o futebol, pois o país “se urbanizou sendo colonizado pelo futebol. Temos a força de um Brasil urbano em movimento e o futebol é um elemento dessa urbanização” (Mascarenhas, 2020, p. 228). Nessa direção, ler o espaço urbano a partir do esporte popular – e dos futebóis particularmente – pode trazer questões relevantes sobre processos de urbanização e sociabilidades urbanas. Analisar o caso de São Paulo-SP traz elementos que contribuem para iluminar parte dessas questões, a partir da

consolidação de periferias paulistanas e de seu conjunto de equipamentos esportivos populares, relacionando-os a contextos históricos de associativismo comunitário, à relevância cotidiana do futebol popular e a abordagens contemporâneas sobre gestão e institucionalidades.

A perspectiva do urbanismo subalterno (Roy, 2017) pode auxiliar na análise e identificação de elos históricos e contemporâneos entre o esporte popular e a urbanização paulistana, principalmente periférica. A autora parte da definição do subalterno como marcação dos limites do reconhecimento arquivístico e etnográfico para questionar as formas como é produzido o conhecimento sobre as “cidades marginalizadas” (*idem*, p. 14) que influenciam sua inserção no mundo e articula o urbanismo subalterno a quatro conceitos centrais (*idem*, pp. 15-18) fundamentados em autores diversos. Visando expandir o domínio do urbanismo subalterno, o conceito de periferia pode ser útil devido a suas formas paradoxais de agência social e sua transcendência de uma localização específica. A noção de informalidade urbana é central por se tratar de um idioma da urbanização e um dispositivo para desvelar relações urbanas flexíveis entre legal e ilegal, legítimo e ilegítimo, autorizado e não autorizado. O conceito de zonas de exceção surge como contraponto para o urbanismo subalterno e trata de arranjos de poder soberano e biopoder que produzem fragmentações espaciais orientadas pelo mercado e com diferentes formas de empregar o poder estatal. Os espaços cinzentos são assim denominados por se situarem entre a brancura e a negritude, ou entre a legalidade/segurança e a destruição/morte, e são os espaços que evidenciam a flexibilidade do poder soberano sobre as zonas de exceção.

A metodologia deste estudo é qualitativa e pautada no levantamento de dados, histórias e estórias de equipamentos esportivos, sem constituir uma revisão teórica e historiográfica completa do tema. A investigação parte da categorização de equipamentos esportivos no município de São Paulo, para então debater uma contextualização histórica do período dos anos 1970, articulada à interpretação de legislação, dados da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEME) e de 22 relatos de campo feitos por pesquisadoras do Centro de Referência do Futebol Brasileiro (CRFB), além de articular referências bibliográficas com estudos centrados em alguns equipamentos esportivos (Hirata, 2005; Spaggiari, 2009; Spaggiari; Santos; Bonfim, 2024).

Este trabalho organiza-se em três partes além desta introdução. Inicialmente é apresentada uma categorização de equipamentos esportivos em São Paulo, a fim de caracterizar sua diversidade de espaços, usos e formas de gestão a partir de enfoques no campo dos estudos urbanos. Em seguida, discute-se os Clubes da Comunidade enquanto tipologia de equipamento esportivo público que contribui para uma leitura histórica e contemporânea sobre a produção do espaço popular paulistano. Por fim, conclui-se com destaques dos pontos abordados, a fim de identificar potencialidades do estudo da rede de equipamentos esportivos para leituras territoriais que identifiquem e reconheçam experiências e culturas urbanas e populares.

EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS PAULISTANOS

Nas cidades, espaços esportivos estão frequentemente integrados a equipamentos e usos urbanos variados, como em áreas residenciais (quadras e campos em condomínios ou conjuntos habitacionais), em áreas verdes de lazer (praças e parques urbanos) e em equipamentos educacionais (escolas, universidades e complexos como os Centros Educacionais Unificados, em São Paulo), entre outros. Além destes espaços normalmente geridos por órgãos privados ou públicos diversos e não-relacionados ao esporte (como administrações condominiais, secretarias de meio ambiente ou educação, etc.), há um extenso conjunto de equipamentos e espaços que têm o esporte como finalidade principal. No caso paulistano, analisar este conjunto à luz do campo dos estudos urbanos permite propor uma categorização preliminar.

EQUIPAMENTOS DE GRANDE PORTE

Trata-se, de modo geral, de grandes instalações públicas ou privadas como estádios e complexos esportivos de modalidades variadas – esportes aquáticos, atletismo, esportes de quadra, etc. – preparadas para receber grandes públicos e competições de portes diversos, inclusive de alto rendimento. Dentre exemplos destes equipamentos em São Paulo é possível citar estádios como Mie Nishi (beisebol) e Pacaembu, ginásios poliesportivos como o do Ibirapuera e complexos como o Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa (COTP), entre outros. Pelo menos desde a sequência de megaeventos esportivos realizados no Brasil (Jogos Panamericanos de 2007, Olímpicos e Paralímpicos de 2016 no Rio de Janeiro e Copa do Mundo masculina de 2014), aumentaram os debates sobre a inserção deste tipo de equipamento no contexto de transformações urbanas promovidas pelos megaeventos, como impactos e legados das obras.

Parte desses estudos, inclusive sobre o caso brasileiro, analisam a contribuição dos megaeventos para a difusão de lógicas neoliberais de (i) gestão de equipamentos (caso de concessões de estádios, como o do Pacaembu) e de trechos urbanos (como em Parcerias Público-Privadas e concessões para realização de obras e gestão de serviços públicos) (Sanchez *et al.*, 2012; Vainer *et al.*, 2016); (ii) de marketing empresarial (como na disseminação do uso de *naming rights* associando marcas a equipamentos) e midiático (com mudanças em contratos televisivos e mídias digitais, por exemplo) (Gruneau; Horne, 2015); e (iii) das formas de torcer, transformando espaços esportivos com base em lógicas de “arenização” e padrões internacionais de realização de jogos associados a mecanismos de repressão policial da violência que, no Brasil, impactam fortemente o futebol com aumento dos valores de ingresso e alimentação, fechamentos de ruas e conseqüente afastamento de públicos de menor renda dos jogos e, por vezes, do entorno dos estádios (Mascarenhas, 2007; Simões, 2016).

CLUBES PRIVADOS

No final do século XIX e início do século XX desenvolvem-se em São Paulo novas formas de ocupar o tempo fora do trabalho, levando ao desenvolvimento de espaços e atividades diversas para o ócio e o lazer, dentre elas, o esporte. Foi um período de difusão de práticas esportivas e da própria ideia do esporte como elemento constitutivo da identidade de modernidade no Brasil, marcado por diversas formas de organização coletiva (trabalhadores, imigrantes, grupos religiosos, moradores de determinada região, entre outros) que incidiram para a criação de espaços para prática esportiva, como a partir de clubes esportivos privados ou restritos a públicos específicos. Esta realidade também se refletiu no contexto paulistano, onde muitas instalações que foram então criadas se mantêm até os dias de hoje, embora fechamentos e mudanças tenham ocorrido ao longo do tempo por quedas na preferência esportiva e por transformações urbanas e econômicas (Negreiros, 2019). Parte das análises do campo dos estudos urbanos sobre esta tipologia de equipamento está embasada em perspectivas historicistas, por exemplo, pelos processos de construção de identidade do clube, seus fundadores e usuários, e pela sua inserção no desenvolvimento urbano local (Streapco, 2018).

CLUBES E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

São equipamentos e praças esportivas criadas e geridas pela administração direta do poder público em diversos níveis de governo e, no caso de São Paulo-SP, majoritariamente municipal. Com portes, públicos e modalidades variadas, foram criados em diferentes momentos históricos, contribuindo para a consolidação de imaginários sobre a cidade e seus habitantes, como a associação à imagem de modernidade e a conexão entre esportes e educação que levou à criação de um conjunto de equipamentos denominados Centros Esportivos (antigos Centros Educacionais Esportivos) majoritariamente entre os anos 1960 e 1990. Estes Centros Esportivos (CEs) são os principais componentes da rede de equipamentos esportivos inteiramente geridos pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME) atualmente, totalizando 42 equipamentos². A literatura dos estudos urbanos traz, de modo geral, informações esparsas sobre este conjunto de equipamentos, inserindo breves leituras em análises mais amplas da rede de equipamentos públicos. A exceção são estudos historiográficos dedicados a equipamentos emblemáticos, como o Complexo Esportivo do Pacaembu (que inclui o primeiro grande estádio público criado em 1940 junto a quadras, piscina, entre outros usos) e teses urbanísticas sobre a criação de equipamentos esportivos na urbanização em períodos específicos, como entre 1920 e 1955 (Millan Valdes, 2019).

ESPAÇOS DO ESPORTE POPULAR E INFORMAL

Embora a difusão das práticas esportivas entre os séculos XIX e XX seja frequentemente associada a práticas elitistas que buscavam congregar setores de classes altas para acompanhar exposições e campeonatos em clubes e equipamentos esportivos, a prática esportiva popular e informal também ocorria, por vezes buscando seus próprios espaços para

o esporte lúdico e competitivo. O caso do futebol – praticado por trabalhadores, jovens, populações negras, mulheres, entre outros grupos de pouco ou nenhum acesso aos espaços do esporte formal – é emblemático em São Paulo. Difundiu-se pela prática em ruas, quintais de fábrica, estradas de ferro e áreas planas e não construídas, como as várzeas de rios, criando campos que até hoje associam estes espaços à prática do futebol popular e informal, chamado de futebol de várzea em distinção ao futebol profissional³. Com modos específicos de apropriação dos espaços urbanos, códigos e símbolos próprios, o futebol de várzea é uma esfera social e cultural em movimento (Favero, 2019, p. 12).

A ocupação de áreas geralmente inadequadas à urbanização, como as várzeas de rio, se relaciona ao contexto da urbanização periférica e desigual metrópoles brasileiras como São Paulo, em que a autoconstrução se torna caminho para populações de baixa renda terem acesso à moradia, ainda que em condições precárias. No caso dos esportes populares, as várzeas tinham áreas relativamente planas e desocupadas que tornaram possível criar campos que, embora fossem usados também pelas elites, eram acessíveis às camadas geralmente excluídas de espaços esportivos da elite. Isso, combinado ao crescimento da ideologia da modernização ao longo do século XX, contribuiu para estigmas das áreas de várzea como representações do atraso e falta de higiene. Obras de retificação dos rios Tamanduateí, Tietê e, depois, Pinheiros, eliminaram diversos campos e populações que ocupavam estas áreas, contribuindo para a disseminação de campos do esporte popular e informal junto ao processo de expansão periférica, em um rearranjo da cultura varzeana (Spaggiari; Santos, 2023, p. 6). Parte dos estudos sobre estes espaços esportivos em São Paulo são de base histórica ou geográfica – contextualizando sua criação em relação a aspectos econômicos, da industrialização e de transformações urbanas intensas – enquanto outros abordam aspectos sociológicos e antropológicos a respeito da reprodução das práticas e sociabilidades comunitárias relacionadas ao esporte popular, principalmente a partir do futebol (Mascarenhas, 2002; Hirata, 2005; Seabra, 2008; Silva, 2014).

CLUBES DA COMUNIDADE

Os Clubes da Comunidade (CDCs) são uma tipologia do município de São Paulo que pode ser compreendida como uma categoria intermediária entre os espaços do esporte informal e os equipamentos, que totaliza 234 equipamentos⁴ de administração indireta. São criados por solicitação popular, a partir de demanda feita em conjunto por pelo menos duas organizações comunitárias (associações sem fins econômicos) para criar um equipamento a ser gerido por estas organizações, sob fiscalização da SEME. A demanda é enviada à secretaria, indicando o terreno sugerido para a criação do CDC em área pertencente ao patrimônio municipal, que pode estar vazia ou ser um local previamente utilizado de modo informal para práticas esportivas populares. É o caso de diversos campos de futebol de várzea que inicialmente foram ocupados por times e jogadores em bairros periféricos e se tornaram CDCs.

Uma vez aceita a solicitação de criar o CDC, é realizada a cessão da área para que as organizações comunitárias implementem a estrutura mínima e façam a gestão do

equipamento. Não é obrigatório que o poder público invista recursos financeiros diretamente nas obras de implementação nem na gestão cotidiana, embora eventualmente haja repasses por meio, por exemplo, de programas de incentivo ao esporte, políticas públicas e emendas parlamentares. A legislação atual prevê que as organizações gestoras são autorizadas a obter recursos a partir da locação de espaços do clube, cobrança de estacionamento e parcerias para exploração de publicidade, serviços de alimentação, segurança e da realização de eventos esportivos.

Essa categorização preliminar organiza, sem pretensão de esgotar o debate, informações para compreensão da diversidade de equipamentos esportivos em São Paulo com foco em suas relações urbanas, não necessariamente a partir de características tipológicas e administrativas do poder público municipal. Com essas categorias, os CDCs foram definidos como foco da pesquisa, pois são “assentados em processos organizativos e coletivos pretéritos, no sentido da apropriação e uso do espaço, (...) regulamentados a posteriori de uma intencionalidade coletiva que instaurou o uso voltado ao esporte, lazer e cultura” (Spaggiari; Santos, 2023, p. 7). Analisar os CDCs permite explorar questões relacionadas à produção histórica e contemporânea do urbano, além de tensionar debates sobre como a institucionalidade estatal influi nas relações de produção do espaço periférico e suas sociabilidades.

CLUBES DA COMUNIDADE: AGÊNCIAS POPULARES E ENTRELACAMENTOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS

TERRITÓRIOS DO ESPORTE POPULAR DA SÃO PAULO NOS ANOS 1970

No nível municipal, a década de 1970 foi decisiva na conformação da infraestrutura desportiva pública da cidade de São Paulo. O sistema de equipamentos esportivos da época englobava espaços públicos e privados como clubes usufruídos por seus associados ou por trabalhadores; alguns clubes esportivos (CEs) públicos, frequentemente próximos a escolas municipais para complemento educacional; além de espaços esportivos incorporados a áreas verdes, como praças e parques municipais.

A São Paulo dos anos 1970 era já marcada pela paisagem da autoconstrução e via fervilhar queixas em relação às condições da vida urbana desde os anos 1940, constituindo-se como um período de insatisfação popular com os rumos políticos do país no qual a participação eleitoral não correspondia à participação política ou partidária (Camargo *et al.*, 1976). Se, por um lado, o aparato repressivo dos governos militares⁵ é central para compreender a falta de condições para uma atividade política permanente da população via movimentos sociais, por outro lado, as condições materiais imediatas da vida afetam o trabalhador e levam à criação de organizações de caráter reivindicativo. Desde a década de 1940 organizavam-se grupos como as associações de bairro, que progressivamente assumem lutas relacionadas a

condições políticas gerais e a carências localizadas como melhorias de saneamento, habitação, infraestrutura urbana e condições de trabalho. Nos anos 1970, identificam-se também associações esportivas com participação popular significativa no contexto da periferia paulistana frente à participação em outras associações voluntárias (Tabela 1).

Tabela 1: Participação em associações voluntárias (em % da população)

Tipo de associação voluntária	São Paulo	Periferia de São Paulo
Sindicatos	15,74	4,9
Grupos profissionais	9,60	-
Clube no local de trabalho	5,09	-
Associação de bairro	3,12	3,1
Associação religiosa	2,66	8,4
Associação esportiva	19,68	16,7

Nota: O trabalho de Camargo *et al.* (1976) não apresenta delimitação territorial nem indicação de bairros ou distritos da área denominada como periferia.

Fonte: Camargo *et al.* (1976, p. 137).

Este dado não permite assumir que a população ligada a associações esportivas se envolveu em lutas por melhorias na periferia paulistana, uma vez que seria preciso conhecer as associações, seu contexto e histórico de atuação. No entanto, permite refletir sobre a participação esportiva popular a partir do processo de profusão de campos pelas periferias, que contribuiu para moldar um conjunto de espaços do futebol varzeano, que se adaptou a contextos sociais, fundiários e ambientais diversos para viabilizar a prática popular.

O conjunto de equipamentos esportivos existente à época era composto essencialmente por instalações em áreas centrais que pouco atendiam à população que rapidamente se instalava nas franjas urbanas. O conjunto de equipamentos esportivos públicos periféricos começa a se delinear a partir da promulgação do Decreto nº 12.429/75 que incentivou a criação de Clubes Desportivos Municipais (CDMs) – renomeados em 2004 como Clubes da Comunidade⁶ – por meio do procedimento de solicitação via demanda popular, conforme apresentado no item anterior.

Não há muitas análises sobre como o conjunto dos CDMs se relaciona aos processos de urbanização, bem como a políticas públicas e urbanas em diferentes níveis de governo, principalmente em perspectiva histórica a partir dos anos 1970. Até o momento, não foram encontrados estudos que reúnam dados básicos como a data de criação (e eventual desativação) de todos os CDM, o que torna difícil compreender, por exemplo, o grau de adesão ao decreto quando promulgado ou a relação entre a criação de cada CDM e dinâmicas da ocupação urbana de seu entorno. Também não há informações públicas divulgadas sobre o histórico das associações gestoras, atividades desenvolvidas, laços comunitários, memórias esportivas, entre outros⁷. Trata-se de territórios estabelecidos historicamente a partir de dinâmicas localizadas e enraizadas em seus contextos comunitários, o que complexifica a compreensão destes espaços enquanto conjunto a partir de dados institucionais.

Para explorar o tema contornando tal lacuna, utilizam-se os dados de 22 equipamentos coletados pelo CRFB entre 2011 e 2013 (Centro de Referência do Futebol Brasileiro, 2013).

Essa pequena amostra de cerca de 9% dos atuais 234 CDCs permite leituras exploratórias, uma vez que inclui informações sobre origens e memórias destes espaços a partir de relatos individualizados, que foram parcialmente tabeladas (Quadro 1). Excetuando-se 5 equipamentos sem datas de origem conhecidas, dos 17 equipamentos restantes, 13 (76%) eram usados como campo de futebol durante a década de 1970. Dentre estes 13, 11 já eram campos de futebol antes do decreto de 1975 e apenas 2 (Veneza Independente e Vila Anhanguera) iniciaram o uso da área como campo no momento da criação do CDM, o que aconteceu também com 2 equipamentos criados nos anos 1980 (Parque Fongaro e Parque Santa Madalena). A data de criação dos CDMs, no entanto, é um dado de difícil leitura, uma vez que, dentre os 13, há 4 equipamentos com data desconhecida (sabe-se somente a data de início do uso do espaço como campo) e outros dois possuem dados parciais, o que reduz a precisão das análises. Dentre os 11 equipamentos com datas identificadas, 4 CDMs foram criados entre 1975 e 1979, 2 no início dos anos 1980, 3 nos anos 1990 e 1 nos anos 2000.

Quadro 1: Origens dos CDM mapeados pelo Museu do Futebol entre 2011 e 2013

Nome do equipamento	Distrito	Data de início do uso do local como campo	Data de criação do CDM ou CDC
Adhemar de Barros	Vila Maria	Desconhecida	Desconhecida
Agostinho Vieira	Freguesia do Ó	Desconhecida	Desconhecida
Alvorada	Artur Alvim	1970	Desconhecida
Bola Preta	Campo Grande	1963	1977
Cecília Meireles	Vila Maria	Desconhecida	Desconhecida
Cidade São Mateus	São Mateus	1971	Desconhecida
Cleuza Bueno	Campo Limpo	1976	1985
Ferradura	Jabaquara	1960	1976
Jaguarié	Jaguarié	1940	1990
Jardim Regina	Pirituba	1957	Entre 1989 e 1992
Jardim Martinica	Campo Limpo	Desconhecida	Desconhecida
Jardim Niterói	Cidade Ademar	1970	Desconhecida
Morada do Sol	Anhanguera	1994	Posterior a 1997, sem data confirmada
Parque Esportivo Vila Bela	Vila Prudente	1980	Fechado em data desconhecida e reaberto como CDC em 2008
Parque Fongaro	Sacomã	1981	1981
Parque Santa Madalena	Sapopemba	1980	1980
Pequeninos do Jockey	Vila Sônia	1970	1991
Roberto Russo	Bom Retiro	1970	1999
União do Morro Jd. St. Terezinha	Cidade Líder	Desconhecida	Desconhecida
Veneza Independente	Vila Prudente	1976	1976
Vila Anhanguera/Décio da Silva	Campo Grande	1978 (data aprox.)	1978 (data aprox.)
Waldemar Moreno	Vila Formosa	1968	Desconhecida

Fonte: elaborado pela autora a partir de relatos de campo do Centro de Referência do Futebol Brasileiro (2013).

Nessa amostra, a maioria dos espaços esportivos que constituem o atual sistema de equipamentos públicos de práticas populares advém de territórios previamente ocupados

para esta finalidade, o que sinaliza algum grau de auto-organização comunitária esportiva anterior ao decreto de 1975. O número reduzido de espaços efetivamente transformados em CDMs no período imediatamente após o decreto (seis) pode sinalizar a complexidade de viabilizar esta política e, a partir dos relatos de campo analisados, é possível identificar que fatores como rivalidades entre equipes que usavam o campo (como no CDC Vila Anhanguera), interesses imobiliários privados (como relatado pelos CDCs Jaguaré e Jardim Regina) e divergências com o poder público quanto à utilização do terreno (caso do CDC Parque Esportivo Vila Bela) são alguns dos motivos que podem ter levado a períodos mais longos até a institucionalização como CDMs. Com os dados disponíveis, não é possível identificar se houve pedidos que ficaram em longa análise administrativa ou se as solicitações pela sociedade civil demoraram a ser iniciadas.

Na década de 1970, promover melhorias urbanas nos territórios autoconstruídos paulistanos tornava-se cada vez mais inevitável, ao mesmo tempo em que permaneciam não representados e pensados pelos principais instrumentos de planejamento municipal. Se nem mesmo a mancha urbanizada periférica era compreendida como componente urbano, ainda menos visíveis eram seus espaços de sociabilidades urbanas – dentre eles, os esportivos. Além disso, os campos de futebol, enquanto áreas não construídas, foram tensionados por relações de propriedade e por políticas públicas para implantação de infraestruturas e serviços coletivos (Spaggiari; Santos, 2023, p. 6). No entanto, um conjunto de fatores multiescalares contribuíram para estabelecer novas perspectivas no período em questão.

É o caso do programa Esporte Para Todos (EPT) – surgido na Noruega em 1967, expandido pelo restante da Europa, além de Canadá e Estados Unidos da América (EUA) – que chega ao debate brasileiro em 1973 (Souza, 2020). Institucionalmente, a implementação do EPT começa em 1977 pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), reforçando o papel do setor educacional na difusão da prática de atividades físicas e na formação humana. O EPT teve duração de 2 anos e foi um programa nacional de expressão localizada, uma vez que as ações eram elaboradas de forma descentralizada pelas municipalidades.

Enquanto o EPT focou no desenvolvimento do esporte formal, outros documentos internacionais influenciaram práticas de esportes não-formais no Brasil, como a Carta Europeia do Esporte Para Todos (1975), o documento Papel da Educação Física e do esporte na formação da juventude na perspectiva da formação permanente (1977) da UNESCO e a Carta Internacional da Educação Física e do Desporto (1978). Estes documentos reforçaram o papel do esporte na formação de crianças e jovens, nas dinâmicas de socialização e de inclusão. No Brasil, em 1976 é elaborado o Plano Nacional de Educação Física e Desporto, que aborda o esporte de massa no país com vistas à “ampliação da prática esportiva comunitária como um movimento espontâneo de participação popular” (Souza, 2020, p. 54).

Para Janet Lever (1988, p. 87), “esportes organizados em larga escala constituem um mecanismo alternativo do uso de identidades primordiais para construir unidade política e lealdade ao Estado civil moderno”. Isso se relaciona à importância de elementos da cultura

popular na promoção de uma autoimagem nacional (idem, p. 88) e à forma como o esporte contribui para a integração social precedendo o uso de tecnologias e promovendo objetivos de modernização.

Esse conjunto de dinâmicas nacionais e globais é parte do contexto favorável à criação de equipamentos esportivos populares representados pelo CDM. O decreto municipal data de 1975, enquanto a implementação do EPT data de 1977, embora o debate estivesse em pauta desde 1973, como citado anteriormente. Esses processos de centralização e integração nacional por meio do esporte não necessariamente ameaçaram práticas e sociabilidades localizadas, pois como demonstrado a partir do futebol, “o regionalismo e outras bases de identificação pessoal não são sacrificados como preço da coesão. Em vez disso, as clivagens e rivalidades são reforçadas e obtêm sanção pública através deste canal de expressão” (idem, p. 94). Ainda que estas formas de regulação estejam ligadas a instâncias de produção não territorializadas (nacional e globalmente), influenciam na produção de dinâmicas locais, como resistências dos futebóis e da mobilização social.

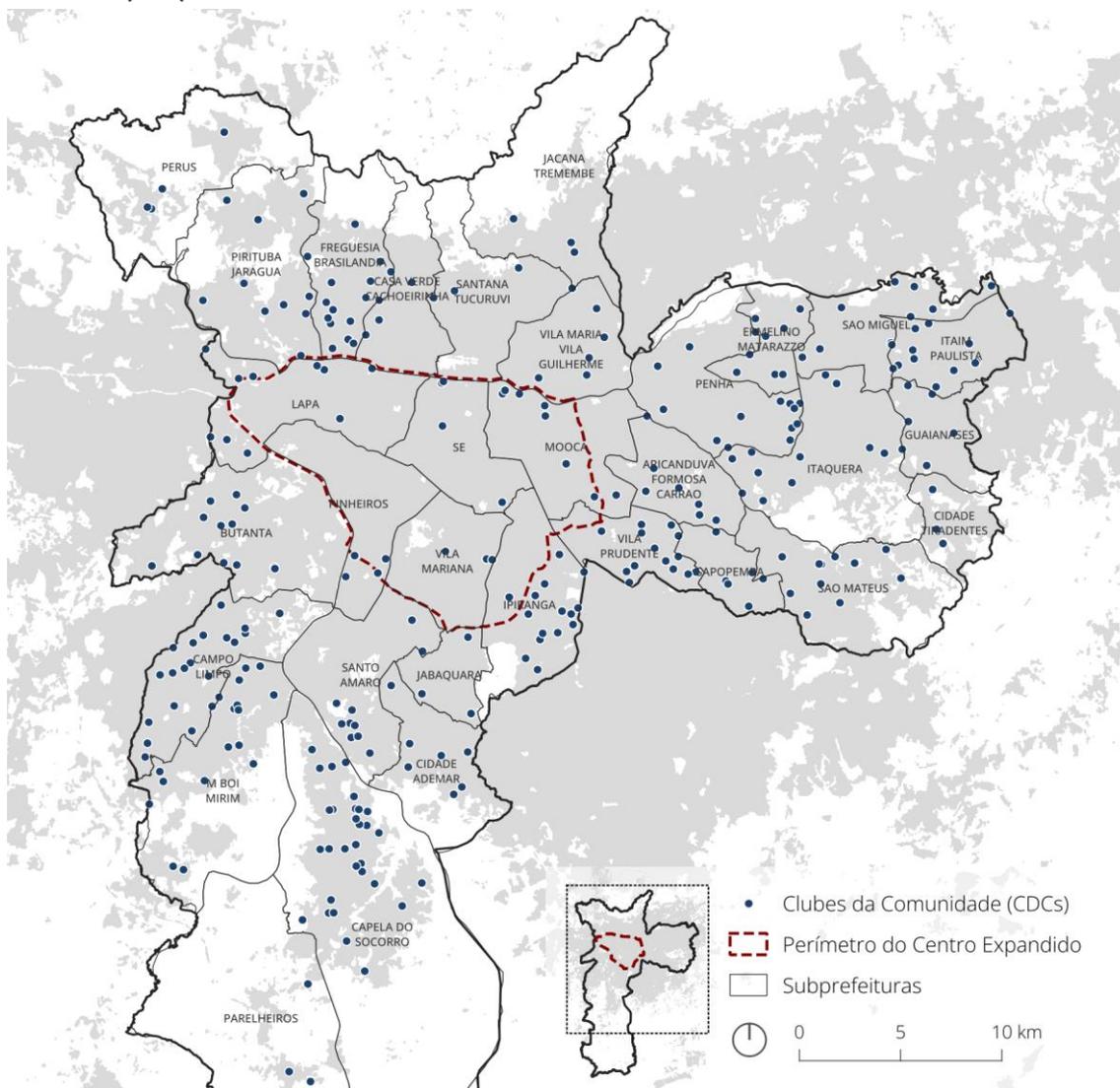
No nível local, isso ocorre de forma atrelada à disseminação de campos de futebol pela metrópole paulistana, que só foi possível pela disponibilidade de terrenos vazios junto a áreas de expansão da mancha urbana. Foi no vazio que a população – de forma organizada ou espontânea – encontrou uma fresta para a resistência do esporte como cultura popular. Como parte destes vazios era composta por terrenos de propriedade municipal ocupados irregularmente, pode-se dizer que o decreto de criação dos CDMs teve uma dupla função em relação a esses territórios: além do objetivo de promover atividades esportivas comunitárias, tornou-se elemento de acesso do Estado a territórios autoconstruídos. Foi uma abertura para retomada de certo grau de controle institucional das terras públicas, regularizando-as para permitir seu uso a terceiros e criando instâncias de supervisão estatal dos usos comunitários, por meio da exigência de instruções da SEME para programas esportivos, da institucionalização de grupos comunitários em associações para fins não econômicos e da adequação dos espaços esportivos via regras definidas e fiscalizadas pela municipalidade.

Enquanto equipamentos viabilizados por demanda popular e frequentemente localizados em áreas previamente usadas como campos de futebol, os CDMs podem ser compreendidos como resultado da organização popular. Essa perspectiva é reforçada por relatos dos CDCs Vila Anhanguera, Cleuza Bueno, Parque Esportivo Vila Bela, Jardim Regina e outros, com histórias sobre a mobilização popular para limpar terrenos, transformar brejos, lagos e buracos em campos, zelar pelos espaços e demandar reconhecimento e recursos públicos. No entanto, visões nacionais e globais acerca do esporte – inclusive popular – como elemento de modernização, identidade cultural e coesão social também podem influenciar esse processo.

CLUBES DA COMUNIDADE E O ESPAÇO URBANO PERIFÉRICO CONTEMPORÂNEO

Desde os primeiros CDCs (então chamados CDMs) em 1975 até os dias de hoje, a regulamentação de criação destes equipamentos não teve grandes alterações no processo de institucionalização, atualmente regido pelo Decreto Municipal nº 57.260/2016. A SEME atualiza periodicamente uma lista online com nome e endereço de todos os CDCs, além de manter um mapa digital da estrutura física da SEME com a localização de todos os CDCs, Centros Esportivos e da Rede Olímpica. A partir destes dados, é possível verificar a distribuição espacial predominantemente periférica dos 234 CDCs atuais, com apenas 20 equipamentos dentro do perímetro denominado Centro Expandido (Figura 1).

Figura 1: Distribuição espacial dos Clubes da Comunidade (2024) em relação às subprefeituras e à mancha urbanizada (2022)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da SEME (abril 2024), CET SP (2024), Portal Geosampa (2024) e MapBiomias (2022).

A diminuição e a dificuldade de conseguir espaços para o futebol popular é citada de forma recorrente na literatura (Hirata, 2005; Mascarenhas, 2007; Favero, 2018), o que caracteriza

um “contexto marcado por reiteradas ameaças aos espaços urbanos associados à prática do futebol popular” (Santos; Bonfim; Spaggiari, 2022, p. 124). Nesse cenário, os CDCs podem ter papel significativo na resistência de campos para prática dos futebolis populares, notadamente o futebol de várzea.

Campos que são o suporte material e simbólico do encontro semanal, do fortalecimento e laços comunitários e dos fazeres coletivos. Sejam aqueles que “resistiram”, a partir de cultura política organizativa e das variadas formas de negociações, onde o calendário de usos, jogos, eventos e competições se intensificou profundamente. Sejam aqueles que, enquanto obra coletiva, foram – e seguem sendo – autoconstruídos em contextos mais recentes. **Uma permanência que, sem dúvida, teve na instauração de formas de administração pública de campos e clubes municipais um trunfo** (Santos; Bonfim; Spaggiari, 2022, p. 131, grifo nosso).

Para examinar aspectos do conjunto atual de CDCs em relação ao urbano, foram utilizadas pesquisas em que os equipamentos são centrais para os temas de estudo, embora nem sempre as instalações sejam o objeto da pesquisa. Spaggiari (2009) pesquisa, no campo da antropologia urbana, o processo de ensino e aprendizagem do futebol para crianças e jovens no CDC Cidade Líder (criado em 1979), tema que se mostra entrelaçado com as formas de apropriação deste espaço, coletivas ou privatizantes. Dentre aspectos identificados pelo autor que se relacionam a esta pesquisa, estão críticas como o caráter predominantemente masculinizado dos espaços e atividades, faltando, por exemplo, vestiário feminino e horários adequados para uso do campo por times de mulheres, além de pouca ênfase em atividades de maior interesse feminino no local, como ginástica e caminhada. Para Spaggiari, o CDC torna-se lugar de múltiplos sentidos atribuídos – sendo a masculinidade um deles – a partir da apropriação do espaço para reuniões, conversas, brincadeiras, eventos políticos, entre outros, dentre os quais o esporte é apenas uma face.

O autor também analisa entrelaçamentos entre a rua⁸ e o CDC, identificando que pais e professores frequentemente associam a presença de crianças e jovens no CDC a uma forma de afastamento da rua e, conseqüentemente da violência urbana, constituindo uma visão do CDC como “antídoto” da rua (idem, p. 60). No entanto, o pesquisador nota como crime e violência coexistem internamente ao CDC, onde há presença (geralmente sem conflitos) de traficantes locais de drogas, mas também onde “uma aproximação das redes futebolísticas do bairro pode significar uma imersão involuntária na agenda do tráfico e do crime” (idem, p. 61), pois partidas e jogadores podem ser identificados por facções pela área onde reside, bem como pelo time que se joga ou torce. Contrastando com a importância da mobilidade a partir do futebol, que permite a crianças e jovens jogar e conhecer outros campos e bairros, a rede futebolística também impõe restrições à circulação, quando se trata de bairros de grupos rivais.

A associação entre os CDCs e expressões de violência urbana foi um dos temas analisados por Hirata (2005), cuja pesquisa sobre o futebol varzeano acompanhou uma equipe em particular, o XI Garotos, fundado em 1982. A diretoria do time é responsável pela gestão do CDC Areião que abriga seu principal campo de jogo, em um arranjo de gestão similar ao do

equipamento pesquisado por Spaggiari e que se repete em diversos outros pela cidade: membros da diretoria de um dos times de futebol de várzea local compõem a associação gestora do CDC, às vezes associados a membros de outras diretorias de times da região.

A gestão compartilhada e com eleições para alternância entre no mínimo duas entidades é obrigatória por lei e coordenada pela SEME; no entanto, este processo pode apresentar conflitos e há casos em que a gestão é feita há anos por apenas uma organização (Spaggiari; Santos; Bonfim, 2024), tendo a segunda apenas como fachada para fiscalizações. No caso do CDC Areião, Hirata (2005, p. 84) relata um lento processo de monopolização do CDC para uso quase exclusivo do time do XI Garotos, por meio de agenciamentos que passaram de exceção a regra e aumentaram o domínio do time sobre o CDC. O time pouco a pouco financiou obras, organizou campeonatos, criou escolas e treinamentos para crianças e jovens, comprou materiais esportivos e estabeleceu relações com a diretoria do CDC (eventualmente com a participação direta de membros da gestão do time), assumindo posição de poder na definição de usos e horários, bem como no contato direto com a SEME.

O financiamento das atividades e espaços físicos dos CDCs é frequentemente indicado como um ponto de dificuldade na gestão cotidiana destes equipamentos, uma vez que o apoio público não é obrigatório nem recorrente. No caso do XI Garotos no CDC Areião, isso “nunca foi um problema” (Hirata, 2005, p. 79), uma vez que a diretoria do time mobilizava recursos e apoio com comerciantes, empresários do transporte clandestino (perueiros) e chefes locais do crime organizado, “misturado em uma nebulosa de relações de poder e influência” (*idem*). Essas misturas permeadas de ilegalidades não excluem agências legítimas do poder público relacionadas ao local, como ocorreu, por exemplo, no processo de transformação do campo antes usado informalmente pelo time em CDC, em 1998.

Os conflitos em relação ao espaço para praticar o futebol marcaram a história do time desde muito antes. Em 1992, o XI Garotos se mobilizou em mutirão e ocupou um terreno vazio, mas dois anos depois, o local foi ocupado por um grupo de pessoas da região que construiu suas moradias. A busca por um campo continuou e levou a anos de disputa e diálogo entre o time e as secretarias do esporte e da educação na tentativa de usar o campo de um terreno onde estava prevista a construção de uma escola. Nesse processo, o time conseguiu mobilizar uma rede de atores que legitimaram a construção de um CDC em 1998 (Hirata, 2005, p. 83).

Outro exemplo recorrente da presença do poder público nestes locais se dá pela relação com vereadores, que destinam verbas para melhorias dos equipamentos, frequentemente em troca de divulgação, aparições públicas e campanhas junto às comunidades locais, principalmente em períodos eleitorais (Figura 2). A presença de vereadores também pôde ser identificada nos relatos de campo analisados (Centro de Referência do Futebol Brasileiro, 2013) remetendo a períodos diversos, pelo menos desde os anos 1990. É o caso do CDC Jardim Martinica, no qual a interferência de vereadores foi tida como essencial para evitar o fechamento do espaço para abertura de uma rua e equipamentos públicos propostos pela prefeitura, ainda que duas creches tenham sido construídas em parte do terreno.

Figura 2: Montagem unindo postagens em redes sociais do Vereador Paulo Frange (à esquerda) e do CDC Parque Ipê Sapy (à direita), cuja reinauguração teve apoio do vereador Jair Tatto.



Fonte: Elaborada pela autora a partir das páginas facebook.com/paulofrangepress (2024) e instagram.com/cdc_parqueype_sapy (2023).

Estes complexos entrelaçamentos de relações formais, informais, institucionais e ilegais têm pesos diversos em cada CDC, situação e período, refletindo a base comunitária popular e a historicidade destes equipamentos, uma vez que permitem o acesso direto a grupos da população, o que influencia relações de poder e, por vezes, gera questionamentos sobre o interesse público dos CDCs, como no caso de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) municipais.

As CPIs das Áreas Públicas (2001) e dos CDM (2005) questionaram a cessão de terras públicas para os CDCs mediante a alegação de não cumprirem sua destinação social e darem prejuízo financeiro ao município. Frente a críticas como contrapartidas pequenas e/ou não cumpridas, má administração, insegurança, abandono dos espaços, falta de clareza da legislação e ausência do Poder Público (Comissão Parlamentar de Inquérito, 2001, 2005, s/p.), a então secretária de esportes municipal reforçou a importância da historicidade e da base popular dos clubes como justificativa para o esforço de encontrar caminhos para melhorar os aspectos negativos, em vez de destruir o sistema em questão.

Questionamentos como os das CPIs mencionadas são relevantes ao mesmo tempo em que levantam alertas sobre indícios de ambiguidades em que o poder público reconhece a legitimidade do local enquanto infraestrutura urbana institucionalizada, e não necessariamente a legitimidade de sua gestão, de seus usuários e/ou das práticas cotidianas. Esse processo demanda evitar leituras simplistas sobre caminhos para melhoria ou sobrevivência destes equipamentos que se reduzem a institucionalizar mais, aumentando o papel estatal na gestão dos equipamentos; ou eliminar as práticas indesejadas, frequentemente um eufemismo para a eliminação dos corpos indesejados e para entrada de modelos de gestão supostamente mais eficientes – campo de narrativa no qual a participação privada ganha força. Em ambos os casos, o grande risco é definir como elemento a ser

excluído a informalidade do urbanismo subalterno como modo de produção do espaço, de sociabilidades e de culturas populares.

Até o momento não foram identificados elementos que permitam afirmar a existência de tendências de fomento à gestão empresarial de CDCs. Um aspecto relevante deste tema é abordado no Plano Municipal de Esportes e Lazer 2018-2025 (Prefeitura de São Paulo, 2018), com uma linha de ação voltada a “Reestruturar a governança dos Clubes da Comunidade” na qual há proposta de “Desenhar programa para adoção de CDCs por proponentes-financiadores”, sem maiores informações. A maioria das propostas nesta linha de ação não remetem diretamente à participação de empresas ou de grandes capitais e são voltadas a melhorias de regulação, fiscalização e organização dos CDCs, além de capacitação de seus gestores. Com ou sem perspectivas concretas de ganho de protagonismo do setor privado na gestão de CDCs, o histórico de conclusões das CPIs que analisaram esses equipamentos também reforça a importância de explorar relações entre aspectos institucionais e de uso cotidiano nos CDCs.

INSTITUCIONALIDADES E COTIDIANO NOS CLUBES DA COMUNIDADE

Tendo em vista que os CDCs conformam um conjunto extenso de equipamentos de uso público em São Paulo desde sua criação em 1975, é possível afirmar que são consolidados como elemento da política de esportes e lazer. Ainda assim, a consolidação dos CDCs enquanto rede de alcance municipal predominantemente periférica e popular se dá em meio a precariedades e desafios que afetam o potencial destes equipamentos como suporte a sociabilidades e práticas culturais comunitárias. Em uma leitura preliminar sobre a estrutura de gestão atual dos CDCs, pautada em relatos da literatura, entende-se que o padrão de institucionalidade vigente nesses equipamentos influencia diretamente aspectos de sua apropriação pela população e relações sociais e de poder.

Trata-se de um padrão de institucionalidade com certa flexibilidade, que se molda a contextos, territórios e redes de atores comunitários, estatais e privados diversos. Esta institucionalidade flexível busca diferenciar-se, por um lado, da institucionalidade tradicional pautada na gestão centralizada principalmente na atuação do Estado – nesse caso via SEME –, responsável por recursos, promoção de atividades esportivas e sociais, gestão de conflitos, manutenção, fiscalização, entre outras ações cotidianas. Por outro lado, busca se distanciar da ideia de uma institucionalidade frágil ou ameaçada, uma vez que a flexibilidade incorpora também elementos mobilizados para garantir a sobrevivência dos CDCs.

Esta institucionalidade flexível relaciona-se a alguns desafios dos CDCs mencionados na literatura, como falta de recursos, baixa diversidade de atividades sociais e esportivas, predomínio da masculinidade, administração pouco profissional, entre outros. Simultaneamente, contribui para resistência dos CDCs ao abrir brechas para lutas populares, alternativas legalizadas ou criminosas para manutenção cotidiana, associações a políticos, entre outros caminhos, mantendo relações formais e prolongadas com o Estado via

fiscalizações e prestações de contas a órgãos municipais. O papel de políticos, principalmente vereadores e candidatos que destinam recursos de emendas parlamentares para os CDCs, pode ser compreendido nos territórios como uma participação individual, não estatal. Ainda assim, a institucionalidade flexível não ocorre à margem do Estado: este atua em conjunto com pessoas e associações que gerem os equipamentos, sendo acionado ou afastado pela comunidade conforme cada contexto e necessidade de adaptação visando a sobrevivência do CDC e das práticas sociais que dele dependem.

Este padrão de institucionalidade na gestão dos CDCs que articula Estado e organizações comunitárias aumenta o protagonismo popular na tomada de decisões e pode contribuir para a apropriação popular destes equipamentos. Ainda assim, este formato de gestão constrói hierarquias e relações de poder específicas que não permitem reificar acriticamente a noção de gestão comunitária, por exemplo, como caminho para combater lógicas mercantilizadas e privatistas no urbano.

A partir da literatura e da regulação analisadas, identificam-se relações hierárquicas tanto entre comunidade e Estado quanto internamente à comunidade. No primeiro caso, a hierarquização ocorre porque o poder público municipal, além de manejar a política pública, é proprietário das terras cedidas ao CDC, o que rege o sistema de autorizações e prestações de contas desta relação e que permite ao Estado encerrar a cessão das terras, risco enfrentado por exemplo, pelo CDC Jardim Martinica. Embora exista o risco de término da cessão das terras e, por consequência, da existência de um CDC, estes espaços são importantes para a resistência de práticas populares como as ligadas aos futebóis frente a um contexto de perda de campos informais pela cidade (Santos; Bonfim; Spaggiari, 2022). Para preservar tais práticas que vão do lúdico à competição, da circulação pela cidade ao fazer-comum na manutenção dos espaços e da reprodução de sociabilidades ligadas ao torcer, à música, à dança, entre outros, a institucionalização flexível pode ser um fator contribuinte.

Já no segundo caso, a hierarquização é visível, por exemplo, a partir de posições de poder exercidas pelas associações gestoras dos CDCs frente a usuários; por membros de direções associados a clubes de futebol de várzea; pela reprodução de masculinidades que excluem o feminino de certos espaços e usos; e pela busca de poder a partir de acionamentos de redes e pessoas ligadas ao Estado ou ao crime. Mesmo dentro da comunidade, as ambiguidades e hierarquias existem e definem tipos de apropriação que podem reproduzir lógicas privatistas e/ou mercantilizadas nas práticas cotidianas.

AMBIGUIDADES E PERSPECTIVAS PARA LEITURAS TERRITORIAIS A PARTIR DOS CDCS

Este trabalho abordou relações entre territórios do esporte popular e a produção do espaço urbano periférico paulistano, a partir de um conjunto preliminar de dados e características dos Clubes da Comunidade (CDCs) nos anos 1970 – época da criação dos primeiros equipamentos – e na contemporaneidade. Por se tratar de debates inseridos no âmbito de pesquisa de

doutorado em fase inicial, visam abrir diálogos, articulações temáticas e caminhos de pesquisa, em vez de apresentar conclusões definitivas.

Investigar o processo de institucionalização desses espaços esportivos nos anos 1970 – então denominados CDMs –, oferece uma compreensão preliminar sobre a forma pela qual se constituíram como territórios de contradições e de oportunidades. Os CDMs ao mesmo tempo foram espaços de reprodução de sociabilidades populares e introduziram regras de controle de uso em territórios de urbanização recente e com pouca presença estatal. Foram simultaneamente espaços de certa autonomia comunitária por meio da auto-organização para gestão do equipamento e de entrada do aparato estatal, em um contexto de ditadura e de incremento das formas associativas reivindicativas. Ampliaram o acesso a direitos como esporte e lazer, enquanto acabaram por reforçar o caráter de irregularidade (fundiária, de propriedade e de uso) dos outros territórios do esporte popular e informal que não se submeteram à institucionalização.

Essa interpretação inicial tem como limitação a dificuldade de obtenção de dados compilados sobre os antigos CDMs que permitam realizar leituras sobre o conjunto dos espaços e seus respectivos contextos históricos, fato que pode se relacionar às formas de memória e registros históricos destes equipamentos e não à escassez de dados. Este pode ser um campo frutífero de investigação pautada em meios de compreensão que reconheçam agências populares que incidiram na produção do espaço urbano informal – como na perspectiva do urbanismo subalterno (Roy, 2017) –, frequentemente invisibilizado por mecanismos de registro arquivístico elitizado e/ou tecnocrático. Inseridos em contextos nos quais a fronteira entre formalidade e informalidade urbana não é rígida e/ou a própria noção de informalidade está em disputa, investigar as raízes da criação de CDCs desde os anos 1970 pode contribuir para uma leitura histórica da produção do espaço urbano em que se localizam.

Além da perspectiva histórica, a análise da rede atual de CDCs pode ser útil para o estudo de transformações urbanas em periferias metropolitanas e contribuir para o tensionamento de conceitos e relações de legalidade/ilegalidade, legitimidade/ilegitimidade e apropriação comunitária, conectando dinâmicas de uso cotidiano e processos de gestão destes equipamentos a agências estatais e não-estatais.

O modelo de gestão dos CDCs, compartilhado entre poder público municipal e associações, pode trazer insumos para pensar arranjos fora do binômio Estado e mercado, que contribuam para a resistência de práticas socioculturais populares, neste caso, a partir do esporte e lazer e culturas urbanas correlatas, como as ligadas ao torcer, à música, e outras. A articulação entre Estado e comunidade para a gestão de equipamentos esportivos pode ser benéfica à apropriação coletiva e se apoiar na produção histórica e cotidianamente baseada no fazer-comum destes territórios do esporte, com potencial de contribuir para a preservação dos futebóis, principalmente do futebol de várzea em São Paulo, que também é “futebol de vertente, morro, alagado, quebrada, favela, beco, vila... Sempre foi, sobretudo, popular e atrelado à vida de bairro” (Santos; Bonfim; Spaggiari, 2022, p. 130).

Pensar caminhos para essa preservação pode envolver formas de “patrimonialização do futebol de várzea” (Santos; Bonfim; Spaggiari, 2022, p. 134), em suas dimensões materiais e imateriais, uma vez que o tema se relaciona a “representações periféricas, populares e com identificações entre minorias, identidades sociais que notadamente buscam maiores equiparidades entre os objetos, lugares, práticas e demais processos passíveis de proteção” (idem). Nesse sentido, enquanto elementos de suporte material e institucional das práticas de futebóis, os CDCs podem trazer insumos relevantes.

Por outro lado, destaca-se a necessidade de questionar meios para que a institucionalidade flexível não sirva apenas à redução da responsabilidade estatal sobre o direito ao esporte e ao lazer, abdicando de compreender as articulações entre estes espaços, a política pública, o planejamento e o desenvolvimento urbano. Além disso, este padrão de institucionalidade é um dos elementos que contribui para formas de monopolização – para remeter ao termo usado por Hirata (2005) – dos CDCs. A priorização de equipe(s), restrições de acesso e processos decisórios unilaterais podem ser compreendidos como expressões de controle que têm rebatimento territorial e contém, ambigualmente, aspectos comunitários/populares e de gestão privatista do espaço, com ou sem articulação ao crime e à violência urbana.

Esse conjunto de ambiguidades pode se relacionar aos quatro conceitos centrais do urbanismo subalterno – periferias, informalidade urbana, zonas de exceção e espaços cinzentos – e merecem aprofundamento de pesquisas e articulações coletivas territorializadas para produção de conhecimento. Frente a esse cenário, é essencial compreender melhor a multiplicidade de agências populares na produção do espaço urbano brasileiro, como as envolvidas na criação, no uso cotidiano e na gestão dos CDCs em São Paulo. Por este motivo, abordagens interdisciplinares que incorporem o esporte como elemento para leituras territoriais podem contribuir para a identificação, o reconhecimento e a resistência de experiências e culturas urbanas e populares, das quais os futebóis fazem parte.

REFERÊNCIAS

ALABARCES, Pablo (2012). **Futebol e globalização**: as formas locais das mercadorias globais. *revistafaac*, Bauru, v. 1, n. 2, p. 195-200, out. 2011/mar.

ANTUNES, Fatima Martin Rodrigues Ferreira. O futebol nas fábricas. **Revista USP**. São Paulo, Brasil, n. 22, p. 102–109, 1994. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i22p102-109.

BONFIM, Aira. **Futebol Feminino no Brasil**: entre festas, circos e subúrbios, uma história social (1915-1941). São Paulo: edição da autora, 2023.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira *et al.* Trabalhadores, cidadãos e cidadãos. In: Camargo, Cândido Procópio Ferreira *et al.* **São Paulo 1975**: crescimento e pobreza. São Paulo: Edições Loyola, 1976

CENTRO DE REFERÊNCIA DO FUTEBOL BRASILEIRO. **Relatos de Campo (CDCs diversos)**. São Paulo: Museu do Futebol, 2011-2013. Disponível em: <https://dados.museudofutebol.org.br/>, acesso 06 nov. 2024.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. **Relatório final da CPI para apurar denúncias de irregularidades na cessão de áreas públicas a entidades** privadas - RDP-08-0005/2001. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 2001. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.leg.br/wp-content/uploads/spot-legado/comissoes-encerradas/arquivos/cpi-ap.pdf>>, acesso em 25 jul. 2023.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. **Relatório de conclusões da CPI para apurar eventuais irregularidades no cumprimento da Lei 13.718/04 - Centros Desportivos Municipais (RDP 030/2005)**. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.leg.br/wpcontent/uploads/spot-legado/comissoes-encerradas/arquivos/CPI-CDM.pdf>>, acesso em 25 jul. 2023.

DAMO, Arlei. Futebolis: da horizontalidade epistemológica à diversidade política. **FuLiA / UFMG**, v. 3, n. 3, set.-dez., 2018.

FAVERO, Rafael. P. F. **A várzea é imortal**: abnegação, memória, disputas e sentidos em uma prática esportiva urbana. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

GRUNEAU, Richard; HORNE, John. **Mega-events and globalization**: Capital and Spectacle in a Changing World Order. London: Routledge, 2015. <https://doi.org/10.4324/9781315752174>

HIRATA, Daniel. **O futebol varzeano**: práticas sociais e disputas pelo espaço em São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LEVER, Jane. Sport in a fractured society: Brazil under military rule. In: Arbena, Joseph (ed). **Sport and society in Latin America**: Diffusion, dependency and the rise of mass culture. Connecticut: Greenwood Press, 1988.

MASCARENHAS, Gilmar. A geografia dos esportes: uma introdução. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, n. 35, março, 1999.

MASCARENHAS, Gilmar. A mutante dimensão espacial do futebol: forma simbólica e identidade. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, nº. 19-20, p. 61-70, jan./dez. 2005

MASCARENHAS, Gilmar. Do campinho ao grande estádio: lugares e expressões na cultura do futebol. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 57-68, 2007.

MASCARENHAS, Gilmar. Football, globalization and local identity in Brazil. **Esporte e Sociedade**, ano 3, n. 8, Mar/Jun, 2008.

MASCARENHAS, Gilmar. Futebol e Cidade. [Entrevista concedida a] Sérgio Giglio e Enrico Spaggiari]. **FuLiA/UFMG**, v. 5, n. 2, maio-ago, 2020.

MASCARENHAS, Gilmar. São Paulo: a cidade e o futebol. [http://www.efdeportes.com/Revista Digital](http://www.efdeportes.com/Revista%20Digital), ano 8, n. 46, março, 2002. Disponível em <<https://www.efdeportes.com/efd46/cidade.htm>>, acesso em 03 jul. 2023.

NEGREIROS, Plínio Labriola. A febre esportiva em São Paulo na chegada do século XX. **Ludopédio**, São Paulo, v. 120, n. 5, 2019.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Anexo único do Decreto nº 58.277 de 18 de junho de 2018**. Aprova e institui o Plano Municipal de Esportes e Lazer 2018-2025. Disponível em: http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58277-de-18-de-junho-de-2018/anexo/5df7a7c51411926003a57567/Anexo%20%C3%9Anico%20do%20Decreto%2058277_2018.pdf. Acesso em 06 nov. 2024.

ROY, Ananya. Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno. **E-metropolis**, v. 8, n. 31, dez. 2017. Disponível em: http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/233/original/emetropolis31_capa.pdf?1513866648. Acesso em 12 jun. 2023.

SANCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; MASCARENHAS, Gilmar; OLIVEIRA, A. Megaeventos e Metrôpoles. Insumos do Pan-2007 e as perspectivas para as Olimpíadas de 2016. In: OLIVEIRA, Fabrício. *et al.* (orgs). **Grandes projetos metropolitanos**: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2012.

SANTOS, Alberto Luis; BONFIM, Aira; SPAGGIARI, Enrico. Mapeamento do futebol de várzea em São Paulo: reflexões para processos de proteção ao patrimônio. **Revista Desenvolvimento Social**, vol. 28, n. 1, jan/jun, 2022.

SANTOS JR., Orlando Alves dos; SANTOS, Mauro Rego Monteiro. Megaeventos e o direito à moradia: questões e reflexões a partir do contexto do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Fabrício *et al.* (orgs). **Grandes projetos metropolitanos**: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. Futebol: do ócio ao negócio. In: DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, Sérgio (orgs). **Infâncias na metrópole**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SILVA, Diana Mendes. Futebol de várzea, associativismo e imigração em São Paulo: o caso da Associação Atlética Anhanguera (1928-1940). São Paulo: **II Simpósio Internacional de Estudos sobre Futebol**. São Paulo, 2014.

SIMÕES, Irlan. For the love, not the money: futebol, produção do comum e direito à cidade. **Revista Lugar Comum**, nº 48, 2, 2016.

SOUZA, Neidiana Braga da Silva. **Políticas públicas de esporte e reflexividade**: uma leitura alternativa do movimento esporte para todos no Brasil. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, 2020.

SPAGGIARI, Enrico. **Tem que ter categoria**: construção do saber futebolístico. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/D.8.2009.tde-02022010-133343

SPAGGIARI, Enrico; SANTOS, Alberto Luis. Quando os campos são a cidade: o espaço urbano em jogo nas tramas do futebol de várzea. **Recorde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 1-27, jun./dez. 2023.

SPAGGIARI, Enrico; SANTOS, Alberto Luis; BONFIM, Aira. Equipamentos públicos esportivos: formas de organização e de ação coletiva. **Ludopédio**, São Paulo, v. 175, n. 26, 2024.

STREAPCO, João Paulo França. **Cego é aquele que só vê a bola**: o futebol paulistano e a formação de Corinthians, Palmeiras e São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2016.

VAINER, Carlos; BROUDEHUOX, Anne; SÁNCHEZ, Fernanda; OLIVEIRA, Fabrício (orgs.). **Os megaeventos e a cidade**: perspectivas críticas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

¹ O presente trabalho integra pesquisa de doutorado em andamento e foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Dados da SEME em julho de 2024. Além dos CEs, a SEME é responsável por gerir instalações diferenciadas ou especiais como o Clube Recreativo Esportivo do Trabalhador (CERET) e a Pista do Chuvisco, o que inclui alguns equipamentos de grande porte como os estádios municipais Jack Marin e Mie Nishi.

³ Tal distinção é mais aplicável ao momento atual, pois o futebol praticado em áreas de várzea no início do século XX era diferenciado do futebol das elites, uma vez que o esporte ainda não havia passado pela profissionalização. Atualmente, a separação entre futebol de várzea e profissional tem certos limites borrados, com o aumento de investimentos de patrocínio e mídia, além de contratações de ex-jogadores de alto rendimento por clubes da várzea para reforçar as equipes em campeonatos, levando a novas distinções como o uso do conceito de futebol amador dentro da própria várzea (Spaggiari, 2009; Hirata, 2005).

⁴ Dados da SEME em abril 2024.

⁵ 1930 a 1945 e 1964 a 1985.

⁶ Lei Municipal nº 13.718/2004.

⁷ A partir de conversas iniciais com gestores da SEME, acredita-se que parte destes dados esteja organizada em acervos da SEME e de Subprefeituras (antigas Administrações Regionais), disponíveis mediante solicitação

institucional, o que deve ser objeto futuro desta pesquisa, junto a tentativas de acesso a registros históricos de algumas associações gestoras dos CDCs.

⁸ Spaggiari reforça que o conceito de “rua” não tem um significado rígido. Na situação destacada no texto, a rua é compreendida como espaço “público, impessoal, desconhecido, perigoso e violento” (Spaggiari, 2009, p. 51), que ocupa uma posição antagônica à casa, entendida como local de segurança, tranquilidade e cujas regras são definidas e conhecidas.